

Choque pode incluir o congelamento

39 **Flora Holzmann**

A equipe econômica do presidente eleito, Fernando Collor de Mello, já admite fazer uso do congelamento de preços e salários por um curto período de tempo, para facilitar a implementação do sistema de reajustes prefixados de preços e salários através de um pacto social.

O congelamento, disse ontem uma fonte próxima ao presidente eleito, figura claramente no Plano de Diretrizes e Ação divulgado em outubro último (durante a campanha eleitoral) mas, ao contrário do que ocorreu no Governo Sarney, aparece agora como uma alternativa extrema a ser empregada em conjunto com medidas capazes de eliminar definitivamente o déficit público — principal responsável não só pelo fracasso do Plano Cruzado mas de todos ou outros planos que o sucederem.

A idéia inicial da equipe de Zélia Cardoso de Mello, quando da elaboração do plano de combate à inflação, era de que apenas o “**choque de credibilidade**” poderia ser suficiente (aliado a medidas efetivas de saneamento financeiro do Estado, fixação de metas rígidas para a expansão da moeda e dos meios de pagamento em circulação e, também, com a eliminação das pressões na área cambial) para provocar uma queda brusca das taxas de inflação. Esta queda deveria ser negociada com a sociedade organizada na forma de um pacto.

Já que naquele momento, entretanto, a principal assessora eco-

nômica de Collor e hoje ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, admitia a possibilidade de que — a depender do patamar das taxas de inflação herdadas pela nova administração — haveria a necessidade da adoção de medidas mais objetivas, pois o “**choque de credibilidade**” não seria suficiente para deter a escalada dos preços.

Esses temores confirmaram-se durante o último mês, quando os empresários insistiram em repassar os aumentos das tarifas e preços públicos ao custo final de seus produtos, impulsionando ainda mais a rápida aceleração inflacionária.

Ao mesmo tempo, também nos últimos dias, Zélia pôde constatar que os representantes dos trabalhadores não estão dispostos a discurrir a prefixação dos salários sem antes corrigir as defasagens acumuladas. Nesta linha, e como era de se esperar, o secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Gilmar Carneiro, deixou bem claro que os trabalhadores ligados à CUT não participarão de qualquer pacto que implique a aplicação de um redutor, seja da inflação passada ou da futura.

Zerar o déficit

Menos radical do que os representantes da CUT, o líder sindical e presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Luís Antônio Medeiros, no entanto, opina que a prefixação de preços e salários só poderá ser negociada com os trabalhadores após a eliminação das perdas passadas.

Diante disso, a estratégia gradualista proposta pela equipe de Zélia ficou seriamente ameaçada, a tal ponto que até mesmo o ex-ministro Delfim Netto — patrono de alguns dos assessores de Zélia — chegou a comentar que a proposta da economista só será bem-sucedida se o Governo conseguir “zerar” o déficit público de uma só vez.

Para eliminar o déficit em uma só tirada, a nova equipe econômica seria obrigada a atuar nas aplicações do **overnight** de uma forma similar àquela sugerida por André Lara Resende e Daniel Dantas, que foram criticados por aventar a hipótese de bloquear as aplicações no **over** para forçar o alongamento dos prazos de vencimento dos títulos públicos e reduzir a liquidez da economia.

Além disso, recorda o economista Francisco Lopes, da Macrométrica, o Governo terá que adotar medidas fiscais e monetárias fortemente restritivas a seguramente recessivas para tornar viável o pacto social de reajustes prefixados.

Complicadores

Outros fatores complicadores da viabilidade do pacto social são os ingredientes que normalmente alavancam nas taxas de inflação e que não podem ser ignorados. É inevitável, por exemplo, que os aumentos dos impostos indiretos — sugeridos pela equipe de Zélia — e a atualização das tarifas públicas e preços básicos como o dólar e os combustíveis acabem sendo incorporados pelas taxas de inflação, já

que os empresários estão habituados a repassar estes custos aos preços dos produtos, recorda Chico de Assis, economista do Ibmecc e ex-diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assis lembra, também, que o componente de sazonalidade nos índices de inflação é outro ingrediente que dificulta a negociação de reajustes prefixados. “A eliminação da sazonalidade e da incorporação dos aumentos das tarifas e preços relativos ao índice seria portanto a única forma de reduzir as taxas de inflação”, afirmou.

No entanto, a modificação no peso de alguns itens que compõem o índice, ou ainda na sua própria composição, terá também que ser acertada antes das negociações entre Governo, trabalhadores e empresários, pois sem isso o pacto dificilmente sairá do papel.

Diante de todas estas dificuldades, a equipe econômica do novo Governo decidiu implementar o programa de choque, que inclui o congelamento por prazo reduzido, ao mesmo tempo em que atua de forma gradual no combate ao déficit público, principal causa da inflação, afirmou um assessor do presidente eleito.

“Desta forma o Governo estará mostrando à sociedade que o déficit não é um saco sem fundo e, embora gigantesco, será resolvido em prazo determinado. Com isso a inflação poderá ser finalmente reduzida a patamares mais suportáveis”, comentou uma fonte ligada ao primeiro escalão, que acredita que só então o pacto será possível.